

# RECONSTRUINDO MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: CAMPONESES E O REGIME MILITAR<sup>1</sup>

Marta Cioccarì<sup>2</sup>

**Resumo:** Por meio de trajetórias de camponeses perseguidos, presos, torturados e assassinados, pode-se conhecer um tanto da singularidade da repressão ocorrida no campo no período compreendido entre 1962 e 1985, quando as violações contaram com a cobertura e o estímulo oficial, a partir de compromissos de classe que aliavam grandes proprietários de terra e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses do regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo. O presente artigo descreve o percurso de uma pesquisa, conduzida desde 2010, sobre as violências sofridas pelos trabalhadores no campo durante o regime militar no Brasil. Posteriormente, com as investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade, pelas comissões locais e setoriais, e, especialmente, pela Comissão Camponesa da Verdade, desvendou-se novas facetas das violências praticadas contra os camponeses no período que antecedeu ao golpe e nos anos de ditadura militar, mas tais violações de direitos humanos sofridas por camponeses ainda são pouco reconhecidas pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Camponeses; repressão; regime militar; memórias, trajetórias.

---

*1 Este texto foi originalmente apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2015, na Mesa redonda “Conflitos e repressão aos trabalhadores rurais e urbanos no regime militar no Brasil”, organizada pela Rede de Estudos Rurais. Uma versão um pouco distinta foi exposta no Colóquio Internacional “Trabalhadores, Golpes e Ditaduras”, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 14 a 16 de maio de 2014, tendo resultado em artigo publicado em coletânea. Ver Cioccarì, 2014, p. 153-174.*

*2 Mestre e doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS e PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, respectivamente. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisadora associada à Comissão Camponesa da Verdade. E-mail: marta.cioccarì@gmail.com.*

**Abstract:** Through the persecuted peasants trajectories, imprisoned, tortured and murdered, one can know a little of the repression singularity occurred in the field in the period between 1962 and 1985, when the violations relied on the cover and the official encouragement from class commitments allied large landowners and rural entrepreneurs the military government. The law of violence that characterized private practices came to meet the regime's interests in order to stop the growing organization of rural workers. This article describes the journey of a survey, conducted since 2010 on violence suffered by workers in the field during the military regime in Brazil. Later, with the investigations carried out by the National Commission of Truth, local or sectoral committees, and especially the Peasant Truth Commission, cracked up new facets of the violence committed against rural workers in the run up to the coup and in the years military dictatorship, but such human rights violations suffered by rural workers are still not recognized by society and the Brazilian government.

**Keywords:** Peasants; repression; military regime; memory, trajectories.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa aspectos da repressão pública e privada que atingiu os trabalhadores do campo no país antes e após o golpe militar de 1964. Trata-se de um cotidiano de violências, ameaças e intimidações por parte de agentes do Estado e de representantes do latifúndio, mas também de mobilizações, resistência e lutas das organizações camponesas. Considero que este panorama sobre a violência no campo, apesar dos inúmeros estudos existentes, ainda é pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira. Trata-se então de reconstituir, por meio das memórias e das trajetórias de trabalhadores, certos eventos ocorridos durante o período do regime militar, evidenciando as perseguições a que foram submetidos os camponeses neste período sombrio da história brasileira.

Os elementos aqui fornecidos resultam, em boa parte, de uma pesquisa coletiva sobre as formas de violência praticadas no campo durante o regime militar, que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta pesquisa resultou na publicação, em 2010, do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, com nova edição revista e ampliada em 2011, e na coleção de biografias, intitulada “Camponeses e o Regime Militar”, com publicações em 2012 e 2013<sup>3</sup>.

Ao trilhar esta reconstituição, deve-se lembrar que as décadas de 1940 e 1950 já haviam sido marcadas no país por importantes conflitos agrários, como bem ilustram os casos de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás. Mas com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo essas lutas passaram a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período do surgimento dos sindicatos de camponeses, organizados sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou da Igreja Católica. Então, apesar de inúmeras mobilizações e de alguns movimentos significativos nos anos de 1940, foi, de fato, a partir dos anos 1950 e 1960, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos, que os trabalhadores do campo começaram a se constituir como interlocutores do Estado e se tornaram objeto de políticas públicas. Expressivas mobilizações foram necessárias para que houvesse a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, para que as entidades de representação dos camponeses pudessem existir legalmente e fosse editado o Estatuto da Terra. Um processo histórico tortuoso desenvolveu-se até a transformação dos trabalhadores do campo numa categoria social reconhecida.

Se até meados dos anos 1960 havia em curso uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado, no regime militar tal relação exacerbou-se. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, com a garantia da impunidade, grandes proprietários de terras, donos de engenhos, usineiros e grileiros aproveitaram para pôr fim às suas contendas, animados pelas ações praticadas por militares contra trabalhadores e líderes camponeses. Em entrevista ao *Pasquim*, em 1979, Francisco Julião salientava que as Ligas Camponesas foram a primeira organização atingida:

---

<sup>3</sup> Em relação a meus engajamentos, destaco que, desde maio de 2013, integro a Rede de Pesquisadores da Comissão Camponesa da Verdade, criada por movimentos sociais e por pesquisadores de várias universidades no país. No segundo semestre de 2014, atuei ainda como pesquisadora sênior na Comissão Nacional da Verdade (CNV), no Rio de Janeiro.

Imediatamente após o golpe, foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... (...) Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região.

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o Diário de Pernambuco noticiava a morte do presidente da Liga de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, ao que tudo indica assassinado por milícias privadas (KOURY, 2010, p. 206).

Como afirmou o sociólogo Otávio Ianni: “a ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem” (BERNARDES, 2005, p. 40-41). Tal “perigo” se desenharía no momento em que a esquerda obtinha avanços importantes na organização dos camponeses. Em boa parte do Nordeste, nesta época, os trabalhadores eram obrigados ao pagamento do “cambão” (dois ou três dias de trabalho semanal de graça ao engenho ou fazenda) e do “foro” (renda paga anualmente). Seus direitos eram ignorados ou golpeados pelas violências de latifundiários e de suas milícias, quase sempre com a conivência policial. A violência atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade, mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os camponeses. As principais vítimas foram, de fato, os trabalhadores, os membros das Ligas Camponesas e dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais. A repressão também atingiria integrantes de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses dos trabalhadores.

No Nordeste, os efeitos do golpe militar foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos rurais do Nordeste. Estudos realizados por Koury (2010) mostraram que dos 40 sindicatos rurais existentes na época, na Zona da Mata de Pernambuco, 38 sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT até 1967. Como registrou Koury, “a maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos” (2010, p. 206). Entre 1964 e 1970, 40% dos mortos em conflitos de terra eram da zona da mata nordestina. Essa

aliança entre as forças policiais e as oligarquias rurais se reproduziu em diferentes moldes nas demais regiões do país.

Nos primeiros anos de ditadura, havia ainda certo espaço para as manifestações populares. A situação, entretanto, se tornaria mais crítica nos anos 1970, quando ocorreu o maior número de casos de prisões e assassinatos de líderes camponeses. Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indicou que entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, dos quais há registro de apenas 17 julgamentos e oito condenações, numa clara caracterização da impunidade<sup>4</sup>.

Diante dos limites impostos pela repressão, o sistema de organização adotado pelos sindicatos, prevendo um delegado sindical em cada engenho, como no Nordeste, possibilitava enfrentar a violência dos patrões. Como nos contou em entrevista o ex-presidente da Contag José Francisco da Silva, em Vicência (PE), os próprios sindicalistas tinham que andar armados e montar esquemas que envolviam a presença de grande número de trabalhadores para protegê-los. O que ouviam era: “Não entra que morre! Não entra que morre!”<sup>5</sup> No período posterior ao golpe, a luta era para restabelecer o funcionamento dos sindicatos interditos, mesmo que fosse para atuarem nas limitações do estatuto dos sindicatos e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nessa época, as lutas sindicais se ancoravam no cumprimento da legislação em vigor – o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado somente em março de 1963.

No entanto, mesmo a defesa de direitos já consagrados em lei era encarada como um desafio à ordem imposta pela ditadura, nas suas alianças com grandes proprietários de terra e com senhores de engenho. Isso ficaria evidente, por exemplo, nos depoimentos não só de José Francisco da Silva, mas também de Marcos Martins da Silva, fundador do sindicato de Escada, e de Luiz Inocêncio Barreto, do conflito de Matapiruma, ambos em Pernambuco, mas também de Vicente Pompeu da Silva, do Ceará, além de figurar nos documentos dos órgãos de repressão (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.22-28).

---

<sup>4</sup> Cf. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987*.

<sup>5</sup> Em entrevista ao projeto *Retrato da Repressão Política no Campo*.

## O trajeto de uma pesquisa: Retrato da Repressão Política no Campo

Desenvolvida entre agosto e novembro de 2010, a pesquisa que resultou no livro *Retrato da Repressão Política no Campo* mobilizou dezenas de colaboradores em todo o país, entre pesquisadores, sindicalistas e familiares de perseguidos políticos.<sup>6</sup> Eu e Ana Carneiro percorremos os estados de Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo e realizamos em torno de 15 entrevistas com líderes camponeses, militantes engajados na causa da reforma agrária, trabalhadores presos e torturados, além de familiares de camponeses mortos e desaparecidos. Consultamos grande quantidade de estudos - acadêmicos, técnicos e jornalísticos -, e nos debruçamos sobre documentos impressos e audiovisuais disponíveis em acervos de memória públicos e privados em diferentes regiões do país.

Neste percurso, um panorama chocante ia sendo esboçado nas entrevistas e testemunhos. Depoimentos reveladores haviam sido reunidos anteriormente no projeto “Memória Camponesa e Cultura Popular”, desenvolvido desde 2004 no Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), Museu Nacional, UFRJ, envolvendo também pesquisadores de outras instituições. O projeto Memória Camponesa foi, assim, uma base fundamental para o desenvolvimento da nova pesquisa. Outra fonte importante foi o *Livro-Relatório do Projeto Direito à Memória e à Verdade*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos; assim como a publicação do MST sobre os assassinatos ocorridos no campo entre os anos 1960 e 1980.

No desenvolvimento do trabalho, decidimos organizar a escrita do livro a partir de pequenas biografias de camponeses perseguidos. O objetivo era evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os camponeses e seus líderes neste período. Os relatos explicitam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos camponeses, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas pelo latifúndio e por seus agentes<sup>7</sup>.

Os dados obtidos revelam que a violência privada sobre os camponeses, antes e depois de 1964, é complexa e diversificada em suas formas: vai desde ações de impacto e ostensivas – como assassinatos, espancamentos

---

<sup>6</sup> Conduzida por mim e por Ana Carneiro, a pesquisa contou com a supervisão do antropólogo Moacir Palmeira, professor do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, e a coordenação de Caio Galvão de França, do MDA.

<sup>7</sup> Sobre essa questão, ver: Julião, 1962; Bezerra, 2011; Palmeira, 1979; Contag, 1981; MST, 1987; Carneiro & Cioccarei, 2011.

e prisões – até outras mais sutis, cotidianas, que procuram minar a sua capacidade de resistência. Incluem-se no segundo caso as invasões de roça por gado, a morte de animais domésticos, o fechamento de caminhos, etc. Em algumas situações, os agentes são conhecidos, em outras aparecem de forma ambígua, acobertados pela impunidade. Em determinadas regiões, como na zona canavieira de Pernambuco, isso é facilitado pela concepção vigente – propalada pelos senhores de engenho – de que sendo trabalhadores que usam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho é a coação constante, a possibilidade, sempre presente, de agressão física sobre o trabalhador<sup>8</sup>.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, a antropóloga M. Fernanda Figurelli havia evidenciado que, nas perseguições empreendidas pelos patrões sobre líderes camponeses que se engajavam na luta por seus direitos, havia aquelas aparentemente mais sutis, que atingiam a honra e a reputação dos trabalhadores: por exemplo, raspar suas cabeças como se fossem ladrões de galinhas (FIGURELLI, 2013, p. 77-103). Em nosso estudo, encontramos diferentes formas de humilhação, mas também situações chocantes, como no caso em que capangas de um usineiro tentam obrigar trabalhadores a enterrar vivo um companheiro, sob a mira de armas, como nos contou Euclides Nascimento, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)<sup>9</sup>.

Uma parte significativa das violências contra camponeses e líderes sindicais é praticada por pistoleiros, jagunços e capangas, que são contratados por latifundiários e empresas para compor milícias privadas. Há casos em que a função é exercida por policiais em férias ou em serviço extra. Essas milícias privadas, comandadas em sua maior parte dos policiais, atuam com a própria força pública na repressão aos camponeses. No caso dos conflitos de terra, os jagunços e pistoleiros são encarregados pelos grileiros – supostos proprietários -, pelos latifundiários e pelos grupos econômicos interessados em áreas ocupadas pelos lavradores para proceder a chamada “limpeza da área”. Por meio de violências físicas e de coerções, espalham o pânico entre as famílias para forçá-las a abandonar suas benfeitorias e a se deslocar a outras regiões. Deve-se notar que a mesma violência tradicional que havia no campo, envolvendo latifundiários, senhores de engenho, usineiros, grileiros, nas últimas décadas manifesta-se ainda com

---

<sup>8</sup> Cf. *Campanha Nacional pela Reforma Agrária, 1985, p. 8-9.*

<sup>9</sup> *Euclides Nascimento nos concedeu este depoimento em 2010. O líder sindical faleceu em 2012.*

a face moderna de grupos industriais e de conglomerados financeiros. Em algumas regiões, os conflitos envolvem “posseiros”, que são vítimas de violências cometidas por “grileiros”.

São inúmeras as formas de violência praticadas contra os trabalhadores. Há a punição em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva. Outro é espancado e trancafiado na cadeia privada de uma usina, “fechada como caixão de defunto”, com apenas um buraco para respirar, conhecida como a “Benedita”. Há os que são obrigados a trabalhar sob a vigilância de armas, algumas privativas das Forças Armadas, como no caso da Chacina de Mari, na Paraíba. Muitos dos episódios evidenciam que, mesmo quando os trabalhadores decidem ingressar na Justiça para enfrentar o grileiro ou o fazendeiro, na maior parte das vezes a lentidão dos julgamentos e a parcialidade do Poder Judiciário faz com que não consigam esperar uma solução: são expulsos antes de suas posses ou são obrigados a lançar mão de formas mais violentas de resistência. Quando os trabalhadores reagem e uma morte acontece, o julgamento é rápido e exemplar. Deve-se lembrar a prisão, no Pará, de 13 posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados do assassinato de um funcionário do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Em contrapartida, os assassinos dos líderes camponeses Raimundo Ferreira Lima (PA), Wilson Pinheiro (AC), Margarida Alves (PB) e José Cícero (AL) nunca foram punidos.

## **As vítimas de graves violações e a reconstrução das memórias**

Resgatar a memória do que os trabalhadores do campo sofreram no regime militar é contar uma história quase totalmente construída no anonimato, com poucos registros oficiais. O sindicalista Elio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), lembrava, num relato, que tão terrível quanto a violência física praticada pelos órgãos de repressão na ditadura foi a que subjugou os trabalhadores pelo silêncio: “As pessoas até hoje têm medo de contar a sua história porque há uma mordaca colocada em suas bocas”. Muitas vezes, os detalhes de violências sofridas ou testemunhadas são ocultados pelo medo e pela vergonha surgida da experiência do absurdo. Mesmo quando muita coisa é revelada, muitas outras coisas continuam a

ser caladas. Como disse o líder camponês Manoel da Conceição Santos, do Maranhão, referindo-se às torturas que sofreu em suas nove detenções durante o regime militar: “São coisas que me chocam muito até hoje. Se faço alguma coisa é porque considero que tenho um dever, já que, devido à censura, a sociedade não tomou conhecimento de muitos desses fatos” (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.23).

Ao se abordar essa temática, é importante atentar para o modo como, por meio de narrativas, estes trabalhadores do campo reconstruem suas memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989) e, ao descreverem os percursos, as vicissitudes e as tragédias que tiveram que enfrentar, refletem sobre sua própria identidade, re-criando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis (CYRULNIK, 2009). Pode-se dizer, a partir de Cyrulnik, que “todo relato é um projeto de libertação”, já que o modo de narrar a própria história atua na estruturação dos sentimentos e das percepções que experimentamos acerca do vivido (2009, p. 11, 153).

Deve-se destacar, por outro lado, a partir das análises de Sarti (2011), o modo pelo qual a noção de “vítima” assume um lugar central nas investigações sobre a ditadura militar brasileira, entre 1964-1985, e nas discussões travadas no âmbito dos Direitos Humanos após a aprovação da Lei da Anistia de 1979. Como ressalta a autora, a identificação das vítimas de graves violações de direitos humanos é parte dos programas de reparação dos danos, aspecto relevante no resgate das memórias do regime militar no Brasil e nos demais países latino-americanos que enfrentaram ditaduras na segunda metade do século XX. A noção contemporânea de vítima origina-se das políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerras (e, posteriormente, de regimes totalitários e autoritários), em particular o holocausto, dentro da perspectiva de internacionalização da questão do combate à violência inscrita na categoria de “crimes contra a humanidade” pelos organismos internacionais (SARTI, 2011, p. 54-55). Nesta perspectiva, a noção de vítima configura um modo de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em certos contextos.

O conceito contemporâneo de vítima, conforme Sarti (a partir de ELIACHEFF e LARIVIÈRE, 2007), adquire novo estatuto a partir da definição psiquiátrica da categoria do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Essa categoria diagnóstica, resultante da orientação geral do DSM-III (a terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual*

of *Mental Disorders*), publicado pela *American Psychiatric Association*, em 1980, é um dos suportes do tratamento das vítimas de violência na área da saúde mental e constitui-se em articulador ideológico da noção de vítima de violências.

Em outra perspectiva, estudos da psicanalista francesa Françoise Sironi (1999) contribuem para revelar dimensões do sofrimento das vítimas de graves violações. A partir de estudos clínicos com sobreviventes de torturas, desenvolvidos na *Association pour les victimes de la répression en exil*; no *Centre Primo Levi* (Centro de cuidados para as vítimas de tortura e de violência política); e no *Centre Georges Devereux*, em Paris, a autora passou a considerar a tortura uma forma de aculturação, uma maneira de reduzir o indivíduo a um ser sem especificidade cultural, sem singularidade, uma tentativa de quebrar os laços que o ligam a uma organização, a um grupo. A função política e social da tortura seria, assim, mais fazer calar do que fazer falar. A obtenção de informações seria a finalidade aparente (e reivindicada pelos próprios torturadores); mas o objetivo final seria fazer calar suas vítimas. Ou seja, destruir a pessoa e, através dela, os grupos de pertencimento (políticos, associativos, religiosos, familiares, etc.). Em suas pesquisas, Sironi constatou que a vítima da tortura turca ou chilena se parecia mais com uma vítima marroquina do que com seus compatriotas turcos ou chilenos. Isso porque as técnicas usadas pelos torturadores procuravam apagar todos os pontos de referência da vítima, quebrar os limites pelos quais uma identidade individual se constrói em sua relação com um grupo, com um coletivo.

No resgate de memórias do regime militar, nas investigações conduzidas tanto por estudos acadêmicos como pelas comissões pela memória e verdade no Brasil, percorre-se em certa medida o caminho inverso: busca-se humanizar as vítimas, restabelecer suas peculiaridades e singularidades e reconstruir seus laços de pertencimento (profissionais, políticos, sindicais, religiosos, familiares, étnicos, raciais, de gênero, etc.). Trata-se de uma tarefa de enorme amplitude e sempre incompleta em razão da complexidade do universo e da vastidão de atingidos na sociedade brasileira.

Neste sentido, determinadas trajetórias apresentadas a seguir, ao fornecer os rostos, as identidades de trabalhadores atingidos pela repressão, evidenciam também a complexidade e a extensão das ações de repressão.

## Marcos Martins da Silva: a prisão na “Benedita”, a cadeia privada de uma usina

Meu primeiro contato com o líder camponês Marcos Martins da Silva deu-se ouvindo seus depoimentos gravados no âmbito do projeto Memória Camponesa, disponíveis no Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), no Museu Nacional. Sabia que aquele homem destemido – de uma voz aguda, marcada por um colorido sotaque pernambucano que tornava muito vívidas as suas denúncias –, havia sobrevivido a uma sucessão de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por parte de latifundiários. Sabia que, no presente, ele vivia numa espécie de exílio voluntário no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos tinham acesso, e que preferia resguardar-se de entrevistas e de uma exposição pública. Contatei-o por meio de amigos, de pessoas de sua confiança e, embora relutante a princípio, ele concordou em nos receber no sítio em que mora.

Ali, ao ouvi-lo desde a primeira vez, foi possível entender a sua reclusão. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências fez com que, em diversas ocasiões, ele se recusasse a contar a sua história e a deixar-se fotografar ou filmar. Estive na casa de Marcos por duas vezes. Na primeira, em outubro de 2010, fizemos uma longa entrevista sobre seus itinerários como sindicalista e sobre os dramas vividos a partir da perseguição de latifundiários, agentes da repressão e pistoleiros. Voltei a visitá-lo em fevereiro de 2011, quando passou a detalhar outros aspectos da sua trajetória, falando de forma mais desenvolta sobre aspectos que, na entrevista anterior, eram expostos com reticência. Na primeira vez, entreguei-lhe de presente o livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição, do Maranhão, *Chão de minha utopia*. No segundo encontro, Marcos fez questão de comentar a publicação, lembrando que aquele sindicalista – que ele não conhecia pessoalmente, mas de quem ouvira falar – havia “passado por coisas ainda mais terríveis” do que ele mesmo passara. Percebe-se como o conhecimento de outras memórias relativas à ditadura pode contribuir a que um ex-perseguido político compartilhe sua própria experiência, ao encontrar um eco para o que viveu. Abre-se, assim, uma nova possibilidade de representação do seu sofrimento.

O líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada

(PE), sobreviveu a uma série de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por latifundiários nos anos 1960, 1970 e 1980. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências forçou-o já no começo dos anos 80 a empreender um exílio dentro do próprio país. Como dito, a trajetória de Marcos como sindicalista foi marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 1950 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembleia e falou em nome dos camponeses de Pernambuco. Na assembleia, defendeu a paralisação e recebeu o apoio da categoria. Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No momento em que Marcos falou do direito dos trabalhadores ao 13º salário, o assessor de um usineiro replicou: “Mania de comunista...” O sindicalista reagiu: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Marcos denunciou que os trabalhadores não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembleia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado.

Quando estava acabando o prazo, convocou outra assembleia para deflagrar a greve. Recebeu uma ameaça, que resumiu assim: “Se a greve for declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito. Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados à paisana. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Embarcou no jipe e logo ouviu a ameaça de que “não iria voltar mais”.

O trajeto foi uma “guerra de nervos”. Aqueles homens queriam aterrorizá-

lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Sua primeira prisão ocorreu no dia 17 de janeiro de 1963. O sindicalista contou que, depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: ‘Você vai renunciar ao sindicato: ou renúncia ou morre!’ Depois dessa “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canavial do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Nesta narrativa, ele revela uma forma menos conhecida da violência praticada contra trabalhadores nas usinas: o cárcere privado.

Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...

Era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício da cadeia estava voltado para a vila operária. Ele recorda-se que, daquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e pediu-lhe socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que lhe trouxesse lápis para que pudesse escrever um bilhete a ser levado ao sindicato. O sindicalista escreveu uma única frase num papel de embrulho: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador para o seu bilhete”. Quando soube que a mensagem havia sido levada ao sindicato, Marcos voltou a ter esperanças de que iria sobreviver. Ficou naquele cubículo por mais de 24 horas. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. A denúncia: “Nosso companheiro foi sequestrado na usina Caxangá”.

Como explicava o líder camponês, a ação surtiu efeitos. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. O coronel do Exército falou com ele pelo orifício da parede. “Quem botou o senhor aqui?” O sindicalista contou-lhe a história. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e, debilitado pelos espancamentos, levou duas horas para chegar à sua casa. Quando se recuperou, convocou outra assembleia e relatou: “Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!” Dizia que, se

morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Recordar-se que, enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices ao ar para mostrar a sua revolta e bradavam: “Eles têm bala, a gente tem foices!”

Seu segundo sequestro ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, Marcos defendia o respeito a um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Nesse período, pediu a um dos diretores do sindicato que convocasse uma assembleia, aproveitando que o interventor estava fora. No dia seguinte, o dirigente foi expulso do sindicato e Marcos foi preso pela Polícia Federal.

Estava em sua casa quando um jipe estacionou em frente. Um dos homens, à paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?” Ele foi andando ao lado do carro. Disseram que subisse, pois iriam mais depressa. O sindicalista notou que se calaram assim que ele subiu no jipe e que logo o carro se desviou do caminho. Tentou protestar, mas recebeu uma “gravatada na goela”. A partir daí, vieram golpes de cotovelo nas costelas e no queixo. Um dos homens respondeu: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Marcos ainda reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!”

Foi algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha de tão suja”. Depois de passarem por dois portões, em local que desconhecia, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Só então lhe tiraram a venda dos olhos. Anos mais tarde, conseguiu identificar o lugar. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jabotão, que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Naquele momento, a passagem de um trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estavam junto a uma linha férrea. Marcos começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...

Lembrava-se da ordem do agente: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita e lhe deram uma folha de papel e caneta. “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Com pouca escolaridade, Marcos escreveu: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, anotou que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E concluiu assim: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”. Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito, não!” À meia noite, foi solto.

O sindicalista sofreu a terceira série de perseguições na década de 1980. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes, José Francisco dos Santos, tinha sido assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais discutiam com o advogado da entidade uma forma de obter a prisão dos criminosos. O assessor explicou que o promotor só podia fazer a acusação se dispusesse de uma peça denunciando o crime. As manifestações de Marcos para que houvesse justiça o colocaram em perigo.

A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco...Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se que chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido dele e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós o acharemos”. Marcos percebeu que teria que ir embora da sua terra, não poderia medir forças com pistoleiros. Ficou ainda algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu então sair de Pernambuco, em 1981. Desde então, passou a viver no interior de Goiás, numa espécie de semiclandestinidade forçada. Além das sequelas corporais das violências, as perseguições imprimiram-lhe profundas marcas emocionais.

**“Não sei como não morri, andei perto de morrer”, contou Vicente Pompeu da Silva**

Ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (FETRAECE) e militante do PCB no Ceará, Vicente Pompeu da Silva concedeu-me a primeira entrevista em setembro de 2010, na casa de um de seus filhos, em Fortaleza. Com 85 anos na época, era desses homens cuja postura e narrativa traduzem a dignidade e a fibra dos velhos militantes, que não se rendem às perdas. Tinha estado à frente das mais importantes lutas dos camponeses do Ceará e, por causa disso, foi preso várias vezes e torturado durante o regime militar.

Na ocasião de nosso último encontro, em fevereiro de 2011, passou a revisitar suas memórias e a revelar novos detalhes. Traduziu todo o percurso de toda uma vida numa única frase: “Eu fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda, pela reforma agrária. Por isso eles queriam consumir comigo, uma ignorância muito grande”. Páginas e páginas que se pudesse escrever não seriam tão felizes em sintetizar a sua saga. Na ocasião, contou sobre uma carta que havia enviado à presidente Dilma Roussef – a quem considerava “uma companheira”, “uma lutadora” –, pedindo que ela se empenhasse em promover a reforma agrária. Quando nos despedimos, recebi de presente mangas, extraordinariamente doces, colhidas na propriedade dele e da esposa, e uma cópia do livreto de cordel sobre o PCB que ele havia escrito anos antes, quando fora candidato a deputado pelo partido. Aquele encontro também foi uma despedida. Pouco mais de um mês depois, soube da sua morte, ocorrida em 25 de março de 2011.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, disse. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretense dono da propriedade, um coronel da aeronáutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, conheceu essa dura situação vivida pelas famílias de posseiros. Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade alheia. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade que depois foi transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. Conforme Pompeu, a palavra de ordem era a reforma agrária, “mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”. Mas defender os direitos dos camponeses era considerado “subversão”.

Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. Recordava-se que, naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, acreditava. Destacou, no seu relato, o fato de que, um ano antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de 2 mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), em Fortaleza. Durante a ditadura centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia<sup>10</sup>.

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores. Ali estavam detidos presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores. Relatou que, naqueles 45 dias em que ficou encarcerado, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manter uma aparência de dignidade. Quando foi solto, não cessaram as perseguições e as ameaças por parte da repressão.

Inúmeros episódios são relatados por ele, pontuando aspectos das perseguições empreendidas pelos agentes da repressão. Recordava-se que, numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos haviam sido criados. Saiu de casa na madrugada e assim conseguiu fugir. Quando a polícia apareceu, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. Apavorado, o morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais o vi”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial, ameaçador. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar café. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou.

Pompeu contou que, depois de uma de suas prisões, ao ganhar a liberdade já não encontrou mais nada da sede da federação dos trabalhadores rurais que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio havia sido

---

*10 Ver também: Madeira, 2004, p. 4; e Oliveira, 2009.*

demolido nos primeiros dias do novo regime. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele mesmo, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Os sindicatos ficaram longo tempo manietados, sob intervenção, ou dirigidos por simpatizantes do governo. Os principais líderes estavam sendo perseguidos. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968. Em seu retorno ao país, enfrentaria tempos difíceis. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. Era abril de 1974 quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de “comunista”. Lembrava-se de ter sido colocado num avião da Base Aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. O avião aterrissou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório -, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus-de-arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, ameaçavam os agentes.

Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Com a sucessão de maus-tratos, quase 40 anos depois considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, a pergunta era se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu – Sei. Estão nas mãos da polícia – dizia, justificando que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida. Nos últimos anos, foi beneficiado com a Lei da Anistia, obtendo um reconhecimento político do Estado brasileiro pelas prisões, torturas e perseguições a que foi submetido. Naqueles dias em que nos vimos pela última vez, ele planejava distribuir entre os oito filhos a indenização que recebera.

## **As memórias do conflito da fazenda Japuara, no Ceará**

A violência sofrida pelos moradores da fazenda Japuara, no município de Canindé, no Ceará, é emblemática do período em que se intensificou a repressão do regime militar implantado em 1964. Ali ocorreram graves episódios de enfrentamento entre lavradores, peões contratados pelo fazendeiro e forças policiais, no começo dos anos 1970. O livro escrito pelo camponês Francisco Blaudes de Sousa Barros, *Japuara, um relato das entranhas do conflito*, evidencia as diferentes formas de repressão política ocorridas no campo no regime militar. Alguns aspectos haviam sido abordados por outros estudos e publicações, mas a narrativa de um trabalhador que viveu na pele o conflito oferece novas dimensões de uma história que permanecia em boa parte desconhecida. O relato mostra que, ali,

houve uma clara articulação entre a repressão comandada pelo latifúndio, a violência privada, e aquela promovida pelos agentes públicos, por meio das forças policiais.

As violências praticadas pelo novo proprietário da fazenda sobre os moradores começaram no final dos anos 1960 e se agudizaram no começo dos anos 1970. Os principais confrontos, conhecidos como a “chacina de Japuara”, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, opondo moradores e parceiros aos proprietários da terra. No primeiro evento, o proprietário Júlio Cesar Campos contratou trabalhadores que atuavam nas frentes de emergência contra a seca para destelharem as casas, destruir as cercas e arrombar o açude, visando expulsar os moradores. O açude era essencial no cotidiano das famílias, que dele obtinham água e peixes. O segundo momento caracterizou-se pelo enfrentamento entre moradores e a polícia local.

O camponês Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, pai de Blandes, foi quem comandou a resistência dos moradores e parceiros à ação do latifundiário e da polícia. Pio Nogueira atuava no movimento sindical desde 1962. Conforme registrou Barreira (1992, p. 50) em 1968 já existia uma Delegacia Sindical em Japuara. Cunhado de Firmino da Silva Amorim, antigo ocupante da fazenda, Pio morava na área desde 1950, na qual havia feito várias benfeitorias. A desavença entre moradores e parceiros, de um lado, e proprietários, de outro, se arrastava havia anos quando estourou o conflito principal. O estopim foi a violência perpetrada pelo proprietário da área, homem de grande influência local.

A questão surgiu da venda da propriedade, em 1968, pela herdeira a Julio Cesar Campos, um comerciante proprietário de outras duas fazendas no município (BARREIRA, 1992, p. 48-49). O primeiro dono da área, Anastácio Braga Barroso, ainda em vida, havia arrendado a terra a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, que, por sua vez, deixou-a sob a administração de Pio Nogueira. Ao colocar a propriedade à venda, a herdeira, Hebe Braga Barroso, assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante, mas descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado. O ocupante deu entrada na Justiça em uma ação preferencial de compra e em outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário solicitou imissão de posse e ganhou a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu então 59 trabalhadores e suas famílias. O mandado judicial concedia 24 horas para que deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.

Naquele sábado de 02 de janeiro de 1971 ocorreram os dois confrontos mais graves, que deixaram quatro mortos e vários feridos. No primeiro episódio, houve uma tentativa de despejar os moradores à força. O latifundiário Júlio Cesar Campos contratou dezenas de homens que trabalhavam nas frentes de emergência da seca, por 10 cruzeiros cada, para tentar expulsar os moradores de Japuaara. O líder sindical Vicente Pompeu da Silva, ex-presidente da Fetraece, contou que o fazendeiro “chamou vários trabalhadores pagando o dia de serviço a 10 cruzeiros quando a média na região era de 3 cruzeiros e mandou derrubar a parede do açude e a casa de Pio Nogueira”. Os contratados se dirigiram ao local, onde destruíram cercas e benfeitorias, destelharam casas e ameaçaram romper o açude.

Sem conseguir demover os agressores, o administrador da fazenda e líder do grupo, Pio Nogueira, foi para dentro de sua casa para tentar impedir a destruição. Disparou sua arma para o alto e acabou ferindo um peão, que caiu sobre uma cerca de varas e morreu. Joaquim Rodrigues, o Piau, era um alistado nas frentes de emergência. Os peões começaram a se reunir em frente à casa. Temendo uma investida, Pio fez vários outros disparos para o alto. O grupo se dispersou e deixou a fazenda.

No segundo episódio, num confronto entre o subdelegado Cid Martins, policiais militares e agricultores, três pessoas perderam a vida: o próprio Cid, o agricultor Raimundo Nonato Pais, o Nonatinho 21, e o policial militar Jorge Paulo de Freitas. A confusão começou quando da chegada do subdelegado, acompanhado de policiais armados. De forma violenta, Cid Martins questionou Nonatinho 21, um camponês já idoso, sobre onde se encontrava o líder do grupo, Pio Nogueira. Depois disso, humilhou o trabalhador. Nonato foi atingido no rosto, à queima-roupa, por um disparo de revólver calibre 38 e reagiu empunhando sua foice.

Os policiais dispararam tiros de metralhadoras e de outras armas pesadas; os moradores do local se defenderam como puderam: utilizando foices, facões e outros instrumentos de trabalho. O delegado Cid foi morto; o irmão dele, Francisco Martins, que o acompanhava, matou o camponês Nonatinho 21. Feridos, os policiais militares e o irmão do subdelegado bateram em retirada. Os agricultores diretamente envolvidos na batalha fugiram para o mato, temendo represálias. As mulheres e filhos enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Muitos trabalhadores foram presos.

O grupo de Francisco Nogueira Barros, o Pio, seu filho, Francisco Blaudes de Sousa Barros, Joaquim Abreu, Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21, Antonio Soares Mariano, o Antonio Mundoca, e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ficou vários dias na mata, sofrendo a falta de água e alimento. Pio, Blaudes, Joaquim, Alfredo e Antônio Mundoca foram resgatados pelos advogados da Fetraece, por jornalistas e escoltados por um coronel da PM até Fortaleza, onde ficaram presos por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros. Luís Mundoca, que estava ferido a tiro, havia deixado o grupo para buscar ajuda e acabou preso. De acordo com Gomes (2006, p.23), os camponeses ficaram presos no Quartel do Corpo de Bombeiros Sapadores, quando se iniciou o Inquérito Policial Militar (IPM) que os implicou como responsáveis diretos das mortes. O caso então foi remetido à Justiça comum. No final do processo dez trabalhadores rurais foram indiciados como implicados na morte do carreteiro, do soldado e do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do morador da fazenda<sup>11</sup>.

Dias depois desses episódios, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. O sociólogo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que fez uma série de entrevistas com Pio Nogueira nos anos 1990, destaca: “Um mês e dois dias após o término dos confrontos explícitos, o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes que variam de 26 a 42 hectares” (BARREIRA, 1992, p.56). Japuara tornou-se, assim, o primeiro caso de Reforma Agrária no Ceará, em pleno regime militar.

O registro feito pela *Gazeta de Notícias*, na data da desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que “o decreto baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura que lembrou os lamentáveis feitos ali ocorridos recentemente, quando ocupantes da área, há vários anos, com arrendamento e parceria, foram vítimas da violência por parte do proprietário Júlio Cesar Campos. Diz ainda o ministro que a área se caracteriza como de forte tensão social”. Barreira destacou que o decreto foi uma “medida acauteladora” do governo Médici, traduzindo o temor, por parte do regime militar, de que o caso da fazenda Japuara se estendesse a

---

<sup>11</sup> Francisco Martins, irmão do subdelegado morto no conflito, indiciado no IPM como autor da morte do trabalhador rural, não figurou entre aqueles que deveriam ir a julgamento (Barreira, 1992, p.49).

outras propriedades em situação de conflito (1992, p.52).

Quase 15 anos depois, em 1984, os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na tese de legítima defesa e negativa de autoria dos crimes. Em decorrência dos episódios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a ser considerado o grande inimigo dos proprietários de terra e agente da subversão local (BARREIRA, 1992, p.55, 58). O próprio advogado Lindolfo Cordeiro, assessor jurídico da Fetraece, foi preso durante o regime militar e assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de latifundiários (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p.117, 340).

## A Coleção Camponeses e o Regime Militar

A Coleção “Camponeses e o Regime Militar” surgiu em 2011 como um desdobramento do projeto do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, reunindo narrativas escritas por pesquisadores e pelos próprios camponeses. O primeiro livro da Coleção é *João Sem Terra, veredas de uma luta*, de autoria da jornalista Marcia Camarano, publicado em 2012.<sup>12</sup> João Sem Terra é considerado um personagem quase mítico. Suas histórias de luta e resistência, que remontam ao período pré-golpe de 1964, eram contadas pelos colonos a seus filhos nos acampamentos de sem-terra no Rio Grande do Sul nos anos 1980 e 1990.

João Machado dos Santos, o João Sem Terra, foi um dos fundadores do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no início dos anos 1960 e participou da conquista dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Foi perseguido, sequestrado, preso e torturado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) gaúcho. Para sobreviver, foi obrigado a despedir-se da mulher e dos sete filhos, e a migrar para o interior de Goiás, onde passou a viver de forma clandestina, tornando-se um exilado em seu próprio país. João Sem Terra ficou desaparecido por 25 anos e durante este período sua família não sabia se estava vivo ou morto. Seus filhos tinham sido proibidos de pronunciar o nome do pai porque a família continua a ser vigiada e ameaçada pelas forças de repressão.

Somente quando descobriu que sua história e seu desaparecimento haviam sido contados no livro *A saga do João Sem Terra*, do jornalista Carlos Wagner, é que João decidiu retornar e falar sobre a experiência do desterro. Soube-se então que ele vivia com um nome falso em Goiás, mas seguia

---

<sup>12</sup> Para escrever o livro, Marcia Camarano entrevistou filhos de João Sem Terra e baseou-se ainda em outros estudos e registros, como o filme *João Sem Terra* (2010), dirigido por Tereza Noll Trindade.

militando e atuando na organização de trabalhadores. Ao voltar, retomou o contato com a família, apesar da distância de 25 anos de ausência.

O segundo livro da Coleção, *Japuara, um relato das entranhas do conflito*, publicado 2013, como já mencionado, foi escrito pelo camponês Francisco Blandes Sousa Barros. Trata-se de um dos poucos registros existentes no país de memórias escritas pelos próprios trabalhadores. Fizemos os primeiros contatos com Blandes em 2010, durante as pesquisas para o livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, quando estivemos na fazenda Japuara, em Canindé, no Ceará. Ali descobrimos que aquele homem simples, que tinha completado apenas a sexta série, vinha escrevendo à mão um relato minucioso do conflito ocorrido na fazenda no começo dos anos 1970. Decidimos então nos empenhar na sua publicação. Ao longo de quase dois anos, Blandes nos enviou cerca de 150 páginas escritas à mão, além de uma pasta com fotografias e recortes de jornais.

Na primeira parte do livro, Blandes registrou seu testemunho sobre o conflito de Japuara por meio de uma narrativa em que se expressava na terceira pessoa do singular, constituindo uma espécie de narrador-herói. Havia começado a escrever pensando em si mesmo como um personagem da história, tratando a si mesmo como a um “ele” - só no final considerou importante destacar que se tratava da história de sua vida e de sua família. Para compor o relato, lançou-se a um trabalho exaustivo de pesquisa em acervos, cotejando as informações obtidas com suas próprias lembranças, recorrendo também à criação literária para compor as lacunas que a memória não conseguia alcançar. Durante quatro décadas, havia acalentado o projeto de escrever sobre aquelas memórias traumáticas. Uma das razões é que, apesar de ter participado das lutas de Japuara, os jornais da época não registraram seu nome (somente o nome de seu irmão, com a foto dele, de Blandes). Esse apagamento teve consequências não apenas simbólicas: a Comissão de Anistia do Ceará negou seu pedido de reconhecimento como perseguido político sob a alegação de que não havia provas de sua participação no conflito nem de danos que teria sofrido.

Na segunda parte do livro, a narrativa desloca-se do conflito de Japuara para a aventura na qual Blandes embarca ao longo da vida: ele empreende diferentes migrações para sobreviver, como muitos outros trabalhadores nordestinos dos anos 1970 e 1980. Por 40 anos vive em diferentes locais – no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e no Maranhão – e exerce diferentes atividades – lavrador, fotógrafo, comerciante, professor líder sindical. Retorna ao Ceará para um reencontro com sua história, para escrever as

memórias de Japuara. Na segunda parte da obra, descreve sua trajetória na primeira pessoa do singular, assumindo o eu da autoria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias dos líderes camponeses Vicente Pompeu da Silva e de Marcos Martins da Silva (ambos de PE) e o conflito da fazenda Japuara (CE) traduzem de diferentes maneiras como se deu a perseguição aos trabalhadores rurais numa das regiões que registrou a repressão mais brutal. Os relatos evidenciam que a própria defesa dos direitos dos camponeses, após o golpe militar, passou a figurar como “subversão”. Com isso, a repressão mais violenta encampada pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais se voltou contra os trabalhadores do campo e seus líderes.

De forma mais vasta, pesquisas tais como a que resultou no livro *Retrato da Repressão Política no Campo* e na Coleção “Camponeses e o Regime Militar” têm contribuído diretamente para as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade e, especialmente, pela Comissão Camponesa da Verdade, no sentido de se desvendar a dupla face da violência sofrida pelos trabalhadores rurais durante a ditadura no Brasil. Esses documentos têm se convertido também em instrumentos políticos para que os próprios camponeses perseguidos possam buscar o reconhecimento do Estado pelas violências a que foram submetidos por agentes públicos e privados. Como se sabe, a falta de registros escritos sobre as violências praticadas no campo **é um dos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores** do campo nos movimentos pela memória, verdade e justiça. Muitas das demandas apresentadas por camponeses junto à Comissão de Anistia e à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foram indeferidas sob a alegação de insuficiência de documentação e de provas dos fatos narrados.

No período recente, há um esforço coletivo de movimentos sociais e de pesquisadores para o resgate das memórias subterrâneas da repressão no campo, no sentido de que a justiça e reparação dos trabalhadores perseguidos possa ter avanços significativos, revelando não apenas as ações cometidas diretamente pelo Estado, mas também a repressão acionada por agentes privados. No entanto, ainda pouco do que foi apurado por pesquisadores e movimentos sociais, em diferentes projetos, figura nos registros oficiais.

Em 2012, Gilney Viana, então diretor do Programa Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,

realizou um estudo sobre os camponeses excluídos da Justiça de Transição, a partir de dados contidos em *Retrato da Repressão* e em outros levantamentos. Analisou como o regime militar, financiado pelo latifúndio, “terceirizou” prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de camponeses. Uma das consequências dessas alianças entre as oligarquias rurais e o aparato repressivo do Estado é justamente a dificuldade de comprovação da responsabilidade do Estado pelos crimes: 97,6% dos camponeses mortos e desaparecidos no regime militar foram alijados da Justiça de Transição (VIANA, 2013). Seu estudo revelou que 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre o pré-64 e o final da transição democrática (entre 1961-1988). Entretanto, a maior parte das mortes não ocorreu pelas mãos de agentes do Estado, mas por agentes privados. Pelo menos 602 novos casos que foram excluídos da Justiça de Transição poderiam ser considerados como “graves atentados aos direitos humanos”, caracterização necessária para que fossem investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Como evidenciou Viana, ele mesmo um ex preso político e também integrante da Comissão Camponesa da Verdade, o Estado brasileiro só reconheceu uma pequena parte do conjunto de camponeses atingido pela repressão. Há múltiplas causas: a maior parte dos trabalhadores perseguidos desconhece seus direitos, mas entre aqueles que ingressaram com requerimentos, por exemplo, na Comissão de Anistia, ou cujos familiares tenham apresentado solicitações à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ou nas comissões de reparação dos Estados, muitos tiveram seus pedidos indeferidos por falta de provas documentais. Mesmo quando há um reconhecimento da condição de perseguidos políticos – e as vítimas recebem o estatuto de anistiadas -, em muitos casos há um reconhecimento apenas parcial, sem direito à reparação.

Deve-se ressaltar que isso ocorreu, por exemplo, com a família do líder comunista Gregório Bezerra (que só recentemente obteve uma vitória na Justiça para fazer jus à uma indenização) - assim como com a família dos líderes camponeses João Sem Terra (RS) e José Pureza (RJ), entre outras. Numa entrevista realizada em 2010, o filho de Gregório Bezerra, Jurandir Bezerra, na época com 83 anos, nos contou ter ouvido de uma representante da Comissão da Anistia em Recife que teria que provar que seu pai foi realmente preso e torturado. Como se sabe, as terríveis torturas sofridas por Gregório, arrastado pelas ruas de Recife, foram televisionadas

e essas imagens chocaram o Brasil e o mundo. Além disso, suas *Memórias*, publicadas originalmente em 1979 (com nova edição em 2011), são um testemunho vívido dos horrores praticados pelos agentes da repressão no país sobre os trabalhadores e seus líderes.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder**. Conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992.

BARROS, Francisco Blaudes Sousa. **Japuara, um relato das entranhas do conflito**. Brasília: MDA/SDH, 2013.

BERNARDES, Denis. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem**. Recife: UFPE, 2005, p.40-41.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In: Montenegro, Antonio Torres e outros (org.). **História: cultura e sentimento**. Outras histórias do Brasil. Cuiabá e Recife: Ed. UFMT e Ed. Universitária UFPE, 2008.

CAMARANO, Márcia. **João Sem Terra, veredas de uma luta**. Brasília: MDA, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CIOCCARI, Marta. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. **Revista Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1 e 2, p. 25 a 44, jan./dez. 2011.

CIOCCARI, Marta; DELLA TORRE, Djane. Introdução: Blandes, o camponês reconta a história. In: BARROS, Francisco Blandes Sousa. **Japuara, um relato das entranhas do conflito**. Vol. 2 da Coleção ‘Camponeses e o Regime Militar’. 1. ed. Brasília: MDA/SDH, 2013.

CIOCCARI, Marta. Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil. In: Mattos, Marcelo Badaró; Vega, Rubén. (Org.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 153-174.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

CYRULNIK, Boris. **Autobiografia de um espantelho: histórias de resiliência**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FIGURELLI, M. Fernanda. Sociabilidades, direitos e cabeças raspadas; reconstruções de experiências sindicais rurais. In: LEITE LOPES, José Sergio; CIOCCARI, Marta (Orgs.). **Narrativas da Desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 77-103.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.

KOURY, Mauro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974**. 2010. 370 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. **O Povo**. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20 abr. 2004, p. 4.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986**. São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA, Papito de (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. **Revista de Cultura e Política**, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.

RELATÓRIO FINAL da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão da minha utopia**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2010.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 24, n.61, p.51-61, jan/abr. 2011.

SIRONI, Françoise. **Borraux et victimes: psychologie de la torture**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1999.

VIANA, Gilney. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. Brasília: SDH, 2013.